

ACTIVIDADE SÓCIO – CARITATIVA E EVANGELIZADORA
DA VENERÁVEL SERVA DE DEUS SÍLVIA CARDOSO
NA DIOCESE DO PORTO

INTRODUÇÃO

Apóstola da caridade, leiga e itinerante

A Serva de Deus Sílvia Cardoso Ferreira da Silva, cristã-leiga (1882-1950), tem o título de *venerável* desde 27.03.2013, em virtude da aprovação pelo Papa Francisco do decreto declarativo da heroicidade das suas virtudes.

Tendo nascido em Paços de Ferreira, na Casa da Torre, a 26.07.1882, e aí falecido a 02.11.1950, ficou conhecida, do norte ao sul do país, como *Apóstola da Caridade*, tão intensa e extensa fora a sua acção em favor dos carenciados de toda a espécie, no corpo ou no espírito: crianças, jovens e idosos; doentes, presos ou socialmente excluídos. Matar a fome, tratar os doentes, proteger os órfãos, dar instrução e catequese cristã, pacificar os desavindos, orientar os transviados, converter os pecadores, tudo e sempre para levar *Jesus às almas e trazer as almas a Jesus*, foram as suas preocupações e objectivos do dia-a-dia, a partir dos trinta e dois anos, quer de forma individual, quer de forma organizada e institucional.

Foi uma apóstola itinerante, com o carisma da animação do apostolado cristão, percorrendo o país de norte a sul, do litoral ao interior, discretamente, sem alarde nem bandeiras, sempre integrada nas estruturas hierárquicas da Igreja. Partindo de Paços de Ferreira e da cidade do Porto, sobretudo para a difusão da obra de Retiros fechados para leigos, percorreu os caminhos de Viana, Braga, Ponte de Lima, Paredes, Penafiel, Valpaços, Boticas, Vidago, Pedras Salgadas, Carrazeda de Montenegro, Espinho, Guarda, Coimbra, Lisboa, Amadora, Elvas, Évora, Estremoz e Vila Viçosa.

Mas a sua actividade quotidiana não foi pura dispersão. Fundou sucessivamente alguns *Centros, donde partia para as Missões*, como projectara formalmente em 1928.

O primeiro, em Paços de Ferreira, na sua terra natal, onde individualmente iniciara o seu apostolado caritativo, após a morte do seu noivo em 1913.

Deu os primeiros passos no apostolado institucional em 1918, contribuindo decisivamente para a instalação e abertura do hospital concelhio; pôs a funcionar, em casa

própria e a expensas suas o Asilo-Creche de S. António inaugurado em 1921 e depois o Colégio de S. José, a ele anexo. Sustentou-o até ao fim da vida, deixando-o à protecção da sua família.

Ainda no norte e na cidade do Porto, o segundo – o Centro da Quinta Amarela, que também adquiriu em 1928, deixado às Irmãs Missionárias Reparadoras do S. Coração de Jesus, a partir de 1932.

O terceiro – o Complexo da Quinta do Bosque, onde ajudara a instalar uma Casa de Retiros em 1932, e cuja direcção lhe foi confiada pelo Patriarca de Lisboa a 02.02.1937, entregue à Acção Católica, a partir de 1947.

E o quarto, no sul interior, o Centro de Elvas, para onde se dirige em 09.02.1936, a convite de D. Manuel Mendes da Conceição, Arcebispo de Évora, englobando uma Casa de Retiros, um Patronato e um Asilo-creche, entregue às colaboradoras que haviam de dar origem à Congregação das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, a partir de 1937.

As Missões compreendem a animação ocasional de associações de piedade e apostolado, de pregações populares nas paróquias, a procura e incitamento de colaboradores, o estímulo e ajuda nas iniciativas de outros, mas sobretudo a organização de Retiros para leigos, de todas as condições sociais, abertos e fechados, quer em hotéis na época baixa, quer em casa própria, alugada ou cedida para o efeito, nas Dioceses do Porto, de Lisboa, de Évora, e mais esporadicamente, de Viana, Braga, Coimbra e Vila Real. Neles viram muitos a consolidação da sua Fé e fizeram alguns a sua conversão total, incluindo alguns intelectuais de relevo, como Antero de Figueiredo, Alfredo Cortês, Albano França e Leonardo Coimbra.

As obras que fundou de raiz, a expensas suas, foram sustentadas com os seus próprios rendimentos e solicitando ajuda em peditórios, nas feiras e mercados, em grupo ou individualmente, e às Entidades oficiais. Destes peditórios no concelho de Paços de Ferreira tiveram origem os Cortejos de Oferendas em favor das Misericórdias e outras obras de assistência, depois generalizados.

I

ACTIVIDADE NA DIOCESE DO PORTO

Porque a actividade de Sílvia Cardoso se estendeu a várias dioceses e ela se demorou, por mais tempo, fora da diocese do Porto, convém pormenorizar um pouco tudo o que nesta

fez, a qualidade e permanência das suas obras, para concluir que a diocese do Porto foi a mais beneficiada, apesar das suas efectivas ausências. Vejamos.

1 - NA VILA E CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA

As primícias e o começo

As benemerências de D. Sílvia começaram naturalmente a título individual, na sequência da educação recebida e da inclinação pessoal.

Na infância e adolescência já se distinguiu pela inclinação para a piedade cristã e pela dedicação ao próximo. Estimulada, aliás, pelo belo exemplo de seus pais e a facilidade de ter em casa capela própria e com serviço religioso.

“O Morgado do Rego, Manuel Umbelino Ferreira da Silva, seu Pai, era dotado de um coração magnânimo, bom patriota e benfeitor da pobreza. Sua Mãe, D. Joaquina Cardoso, era senhora de sólida formação cristã e cheia de caridade”¹.

Em plena juventude, dois amores lhe enchiam o coração: o amor dos pobres e o amor das flores. O P. António Ferreira Pombo, Pároco de S. Eulália de Paços de Ferreira desde 11 de Outubro de 1914, testemunha, reportando-se a esta fase:

“Vi-a, já lá vão muitos anos, sobraçando cobertores para os pobres envergonhados, que carinhosamente visitava; vi-a debulhada em lágrimas, que em abundância lhe corriam pelas faces, porque lhe tinham cortado irreverentemente as flores que tanto amava e de que era exímia cultora, em canteiros cuidados com mestria e gosto”².

O amor das flores está comprovado pelas exposições em que participou no Palácio de Cristal, cidade do Porto, e em que foi distinguida com alguns prémios: uma floreira de cristal e prata, em 1916, pela sua colecção de clematites, e uma medalha de ouro em 1921³.

Numa carta com a data de 23 de Março de 1920, respondia-lhe a Irmã Maria Estanislau, a partir de Tuy, Espanha:

“Dizia-me que o seu jardim estava lindo, lindo e que só quisera oferecer-me uma flor para a Mãe SS. (...) Gozei saber que, segundo o costume, foram apreciadas e admiradas as Clematites, na exposição do Palácio de Cristal, e que as sementes renderam 80.000 reis, destinados à creche; mais trinta mil que no ano passado; e, se Deus quizer, todos os anos a

¹ *Uma Vida para os Outros*, 1998, p. 53-57.

² *Em Memória de D. Sílvia Cardoso Ferreira da Silva*, 1951, p. 51.

³ *O Progresso de Paços de Ferreira*, nº733, de 4 de Junho de 1916; e diploma no Arquivo da Casa da Torre, (daqui em diante A.C.T.).

santa indústria para o bem dos pobres irá aumentando sempre. Foi Deus a compensar as suas canseiras”⁴.

Como bem interpreta a sua amiga, nesta data o *amor das flores* já se subordinava ao *amor dos pobres*. E podemos acrescentar, que os dois, já desde a infância eram propulsionados pelo *amor de Deus* e só para ele dirigidos. Na verdade, ela própria escreveu, em caderno de apontamentos:

“Na minha meninice, tomada fui pelo verdadeiro amor. Sonhos de criança, entre as flores passados. Assim, minha alma prender-se quiz a tudo! Nada encontrou senão espinhos, nas mesmas flores, o seu enlevo; esquecer-lhe fazia outros anelos, que o coração lhe prendiam. Como o pássaro algemado, sem poder voar, sofria. Compreendida foi a dor, a que resgata; A minha (alma) vive! A vida tem! Jesus!”⁵

Foi através de ocorrências dolorosas que descobriu o apelo de Deus e se foi precisando a sua vocação cristã.

No seu coração despertou o amor juvenil, em ordem ao noivado. Em 1907 enamorou-se de um primo, oficial da marinha, mas os Pais não foram favoráveis ao noivado. Talvez pela decepção causada e em contexto de direcção espiritual, em 20.01.1911, dia de S.^{ta} Inês, fez a *imolação de tudo* e entrega-se à Santa virgem e mártir. Mais tarde, em 1923, terá presente este facto, inaugurando a sua primeira Casa de Retiros fechados para leigos no dia da festa de S.^{ta} Inês, em Sequeiros (Lodares, Lousada), e haveria de celebrar com frequência e de várias formas o seu aniversário.

Em 1912, aceita, por influência da família, o noivado com outro primo, médico e hóspede de sua casa, onde se acolhera após a morte da mãe, o Dr. Acácio Umbelino Pereira da Silva, fixando o matrimónio para 22.05.1914.

Mas eram outros os desígnios de Deus. A 24.11.1913 o noivo morre inesperadamente no Brasil, onde fora tratar de seus importantes negócios e preparar o casamento.

A propósito do seu noivado, Sílvia escreveu a 03.10.1935:

“A minha vida inteira daria um romance. Tudo conheci. Noiva fui e pelo que passei e senti, melhor vi o que é sofrer e o nada da vida. Perdi o meu noivo, ou antes, serviu-se Deus de mim para lhe dar a crença e o levar a Si, o que tão bom era e que tanto bem fazia, legando aos pobres o que possuía. Tudo me deu: jóias, um enxoval riquíssimo; quiz que fosse a Inglaterra vestir-me das roupas de casa, e a Paris, onde a irmã dele, que me acompanhava, comprou 22 vestidos.

⁴ A.C.T.

⁵ A.C.T.

Tinha um verdadeiro fanatismo por mim. E ainda sem Fé me dizia: talvez a sua missão seja outra na terra: valer aos infelizes e aos que, desalentados pelas injustiças dos homens, já nada esperam”⁶.

Sim! O Dr. Acácio Umbelino Pereira da Silva, figura destacada do meio republicano pacense, adivinhara: outros eram, com efeito, os desígnios de Deus a respeito de ambos. E Sílvia foi-o compreendendo e aceitando.

Outras ocorrências graves neste período contribuíram para fixar o rumo da sua vida: o primeiro de dois irmãos, sendo ela primogénita, faleceu, meio ano depois do seu noivo, perto de Lisboa, regressado já doente do Brasil; a eclosão da I guerra Mundial em 1914, tendo Portugal entrado nela em 1916; as graves consequências económicas que se lhe seguiram, aumentando o número de pobres e levando a situações de verdadeira fome; a morte de seu Pai no início de 1918 (a 07.04.); o surto da epidemia broncopneumónica, dita espanhola, atingindo o concelho de Paços de Ferreira em Setembro de 1918 e causando muitas mortes (em fins de Outubro já se contavam 44); o facto de ter sido contagiada ao cuidar dos doentes, sendo afectada durante a segunda metade de Outubro.

A estas ocorrências externas, junta-se um facto decisivo, de ordem inferior, preparando o seu coração para escutar o apelo do Amor de Deus e do próximo, ocorrido entretanto.

Em Março de 1917, vai a Tuy, Espanha, fazer um retiro espiritual, dirigido pelo Padre Jesuíta António Vaz Serra, o mesmo que em 1910 tanto a surpreendera com o convite a dedicar-se inteiramente ao serviço do Senhor (nessa data, os Jesuítas portugueses estavam exilados em Tuy, Espanha). Sílvia foi acompanhar uma amiga casada, que estava em vias de divorciar-se e contrair um matrimónio civil. Convida-a a ir, com uma irmã, participar num retiro espiritual. No dia 1 de Abril, em Tuy, na Missa celebrada pelo P. Vaz Serra no noviciado das Doroteias, faz o voto de castidade, consagrando-se inteiramente ao Coração de Cristo. Foi para ela um dia de felicidade e de consolação sem igual. Então decide dar-se totalmente a Nosso Senhor e ao apostolado.

As testemunhas que depuseram no processo informativo, são unânimes em afirmar que aquele retiro espiritual marcou uma nova orientação na sua vida. Depois dele, a sua actividade sócio-caritativa desenvolveu-se muitíssimo.

O P. Vaz Serra propõe-lhe a fundação de uma obra muito necessária em Portugal, onde havia muita ignorância e preconceitos contra a Igreja e particularmente contra as Congregações religiosas. Sílvia prontificou-se a tudo. Mas não foi possível realizá-la. Então escreveu-lhe que empregasse os seus recursos disponíveis e a sua actividade naquilo que o

⁶ A.C.T.

Senhor Ihe inspirasse. E assim aconteceu. Sentiu o apelo das necessidades urgentes do povo da sua terra, e deu início à sua epopeia de Caridade.

Actividade Sócio-Caritativa a nível institucional em Paços de Ferreira

Precisamente na mesma altura do Retiro, em Março de 1917, o Dr. Joaquim Leão de Meireles, Presidente da Comissão Administrativa da Associação de Beneficência e Assistência Hospitalar de Paços de Ferreira, dá uma grande notícia, no Jornal *O Progresso de Paços de Ferreira* (11 de Março de 1917), e faz um apelo.

Em artigo de fundo, anuncia que o hospital, esse grande sonho acalentado por todo o Concelho, seria em breve uma realidade. As obras iniciadas em Novembro de 1913, arrastavam-se há quatro anos, por falta de donativos. O entusiasmo dos primeiros tempos arrefecera. A carestia de vida, conseqüente à Grande Guerra, aumentara.

Mas agora reacendeu-se a esperança. As dádivas e legados de dois grandes benfeitores permitiam avançar com as obras e prever a sua conclusão. Manuel Neto de Freitas e Vasconcelos, que assumira o encargo das obras, a quando da morte de sua Mãe, falecera em 20 de Fevereiro de 1917. Mas a sua esposa, D. Maria Augusta Ferreira Neto Sottomaior e Meneses, assumira o seu compromisso de pagar todas as obras até à conclusão. Assim, o edifício do hospital ficaria a dever-se primordialmente a esta família da Casa do Reguengo, S. Pedro da Raimonda, pois já sua mãe D. Engrácia Ferreira Neto de Meireles Freire tinha deixado o primeiro e grande legado em favor desta casa de assistência. Projectava fazer a inauguração em 1918, e lançar todos os anos, pelas colheitas, um peditório para a sua sustentação.

Simplemente o homem põe e Deus dispõe. A 14 de Março de 1918, o Dr. Joaquim Leão de Meireles, sucumbe, vitimado pelo tifo exantemático. Quem haveria de continuar a sua obra? A Comissão Administrativa da Associação não se intimidou. A 27 de Outubro do mesmo ano de 1918, o edifício estava completamente pronto de mão-de-obra. O hospital poderia ser aberto em caso de necessidade. Mas faltava o mobiliário e demais apetrechos para o pôr a funcionar, e faltava pessoal competente, bem como meios garantidos de subsistência.

Entretanto, a epidemia da gripe pneumónica, dita *espanhola* por vir de Espanha, atinge o Concelho, em Setembro, e eleva-se o número de casos fatais: na penúltima semana de Outubro assinalaram-se 19 mortes e na última, 25, em todo o Concelho. Só em meados de Novembro começaria a abrandar.

D. Sílvia fora contagiada, nas suas andanças caritativas, em meados de Outubro, estando livre de perigo em princípios de Novembro.

Nesta situação de miséria, de luto e de fome, era urgente abrir o hospital e atender às famílias mais necessitadas.

A Sopa dos Pobres

Assim, o Pároco de S.^{ta} Eulália de Paços de Ferreira, P. António Ferreira Pombo, lança a iniciativa da sopa económica ou sopa dos pobres. Organiza-a uma Comissão de Senhoras e D. Sílvia aparece como Presidente da Comissão. Foi inaugurada no dia 1 de Dezembro, servindo-se uma refeição a 42 beneficiados.

A instalação e abertura do Hospital

No dia 1 de Dezembro, na sessão da Comissão Administrativa da Associação de Beneficência e Assistência Hospitalar “comparece D. Sílvia Cardoso a fim de oferecer a esta Associação grande quantidade de louça vária, trem de cozinha, mobília, roupa, etc., para a instalação e imediata abertura do hospital, cuja sustentação se ofereceu também para custear durante seis meses”.

A Comissão agradeceu efusivamente àquela ilustre e benemérita Senhora e deliberou que figurasse na galeria dos sócios beneméritos⁷.

Deliberou mais pedir a convocação de uma reunião de sócios, a fim de trocar impressões sobre a nomeação do pessoal hospitalar. É que D. Sílvia queria que fosse pessoal religioso e havia opositores, dado que a Associação era laica.

Este, e porventura outros obstáculos, foram retardando a abertura do hospital, que na altura parecia urgente.

Assim, apenas no dia 15 de Janeiro de 1919, dia da festa de S. Amaro e da feira anual, é aberto provisoriamente, com poucos serviços a funcionar. A inauguração oficial foi marcada para o dia 14 de Março de 1919, dia de aniversário da morte do seu fundador, Dr. Joaquim Leão de Meireles. Nesse dia entraram também ao serviço as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição.

Estava realizado o sonho do Dr. Acácio Umbelino Pereira da Silva, que para ele contribuiu através da mão interposta da que fora sua noiva, e do Dr. Leão de Meireles. A este por deliberação da Câmara Municipal, seria erguida uma estátua, cuja primeira pedra foi lançada na sessão solene inaugural.

Daí para a frente, D. Sílvia é a grande obreira do Hospital. Foi eleita para a Comissão zeladora em 15 de Junho de 1919 e para a Comissão Administrativa, em 11 de Junho de 1920.

⁷ Livro das Actas da Comissão Administrativa, [L.A.C.A] nº 1, p. 23 v..

Ocupa o lugar de Vice-Presidente desta Comissão, sucessivamente, até 1926, voltando à Comissão zeladora até 1928.

Logo em 1919, são iniciados os peditórios anuais para o Hospital, por ocasião das colheitas, transformados em cortejo de oferendas no ano de 1928, e em festa do Hospital, a partir de 1932. A iniciativa é da Comissão Administrativa, como a sua expansão. D. Sílvia, porém, é a principal organizadora, *a alma dos cortejos*, formando comissões nas freguesias, e calcorreando muitas delas a bater à porta de ricos e pobres, pedindo uma oferta para o Hospital.

É também de sua iniciativa um pavilhão para doenças infecciosas. Lança o projecto em 1922, prometendo adquirir terreno gratuitamente. Em 1925, comunica que foi cedido pelo Dr. Artur Nogueira Soares, da Casa da Chousa, Amarante, o campo da Junqueira, terreno anexo ao do Hospital, que serviria para o novo pavilhão e para o quintal.

As obras são adjudicadas em Fevereiro de 1928, quando já não fazia parte da Comissão administrativa; e o pavilhão novo foi inaugurado a 20 de Novembro de 1932, sendo-lhe atribuído o nome do Dr. Leão de Meireles.

O Asilo-Creche de S. António e o Colégio de S. José

A actividade sócio-caritativa de D. Sílvia não se confinou ao cuidado dos doentes e à assistência hospitalar. Alarga-se, desde logo, às crianças pobres e desprotegidas e, mais tarde, aos idosos.

Já em 1919, começou a recolher algumas crianças nos fundos do hospital, que estavam desocupados, para aí lhes fornecer uma refeição e prestar cuidados de higiene e instrução. A iniciativa necessitava de continuidade e institucionalização.

Foi constituída uma Comissão de Senhoras, a que presidia D. Sílvia, para arranjar apoios. Além de pedir esmolas, a Comissão lançou uma subscrição por quotas mensais.

No dia 1 de Janeiro de 1920 foi inaugurada a Creche, inscrevendo-se 15 crianças, que vieram juntar-se às 25 já protegidas diariamente. Em Junho de 1920, comprou D. Sílvia, a expensas suas, uma ampla vivenda, situada junto do Hospital, para aí instalar definitivamente a sua Creche. Nessa data, as crianças já eram em número de 50 e tinham duas refeições diárias, projectando-se, em breve, ministrar-lhes ensino escolar e trabalho manual. Para o efeito, começou o edifício a ser adaptado, e foi oficialmente inaugurado em 14 de Março de 1921, estando presente o Bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, que tinha presidido à sessão solene comemorativa do 2º aniversário da abertura do Hospital.

Entre as dádivas recebidas para a nova instituição destacam-se as do poeta Dr. Queiroz Ribeiro – um piano, e do escritor Antero de Figueiredo – 50\$00, a que juntou, em 1922, 60\$00. Também em 1922, Guerra Junqueiro entregou a D. Sílvia, que o visitara no Porto, 500\$00; e depois da sua morte em 1923, a família lhe mandou outros 500\$00.

O primeiro peditório para a Creche, na feira de Cô, Penamaior, foi realizado por uma comissão de Senhoras, a 5 de Janeiro de 1921, mantendo-se habitualmente, nas feiras de ano, durante a vida da Fundadora, que o dirigia, fazendo-se acompanhar de algumas crianças.

A nova casa de assistência e caridade era dirigida internamente por uma Comissão das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, como o Hospital.

Em 1921 surgiram algumas críticas dos professores da terra, por o ensino ministrado na Creche não estar legalizado. Tudo foi ultrapassado e no dia 19 de Março de 1922, já funcionava o Colégio de S. José, anexo à Creche, tendo-se realizado nesse dia uma festa, a que presidiu o Inspector escolar.

A Instituição foi-se adaptando às exigências legais que iam surgindo no país. Assim, constituiu-se em *Associação de Beneficência Asilo-Creche de S. António*, com estatutos aprovados em assembleia geral e superiormente reconhecidos, por Alvará do Governador Civil do Porto, de 22 de Maio de 1933.

Foi sustentada por D. Sílvia até à sua morte em 1950. Internamente, e sempre dirigida pelas Irmãs Franciscanas Hospitaleiras. Alguns anos depois da sua morte, foi interrompida a actividade assistencial, e retomada noutros moldes, por ocasião do centenário do nascimento da Fundadora, em 1982. Pouco depois foram reformados os estatutos (*Diário da República*, nº 189, 19/8/1985) e actualmente com a denominação de *Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso*, mantém um infantário e uma escola especial para crianças deficientes intelectuais.

Esta é a primeira obra sócio-caritativa criada de raiz por D. Sílvia; pertencem-lhe a organização, o projecto, a propriedade, a sustentação até ao fim da vida (embora socorrendo-se de ajudas oficiais e particulares); legou-a aos seus herdeiros, com o pedido de especial generosidade na sua manutenção. É também a única que se mantém dentro dos moldes da fundação, com as modificações impostas pelas mudanças económicas, culturais e sócio-políticas que entretanto ocorreram.

O Asilo António Barbosa

A última intervenção de D. Sílvia na sua actividade da Associação de Beneficência Hospitalar (transformada institucionalmente em Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, desde 4 de Novembro de 1928, aproximando-se, por razões legais, do modelo tradicional das

Misericórdias) foi a doação de parte do quintal da Creche para a construção do edifício do Asilo para idosos.

A 1 de Março de 1936, a Direcção da Misericórdia recebeu e aceitou um donativo de 40.000\$00, oferecido por D. Maria Caminha Barbosa, em memória de seu marido, e destinado à construção de um asilo para idosos.

D. Sílvia ofereceu o terreno, com a área de 1995 m², para a construção do edifício e para a construção de uma capela da Misericórdia.

O asilo foi inaugurado em Novembro de 1941, constituindo a última grande iniciativa da Misericórdia durante o século XX.

Melhoramentos públicos na Vila pacense

A acção de D. Sílvia em favor da sua terra natal não se limitou às obras de assistência. Estendeu-se também a dois melhoramentos públicos de grande alcance social: o jardim público no Largo Dr. Luís, a nascente dos Paços do Concelho, e o abastecimento de água na Vila.

Pouco depois do falecimento do grande benemérito Dr. Leão de Meireles, em sessão da Câmara Municipal de 9 de Maio de 1918, foi resolvido por unanimidade erigir, em sua homenagem, uma estátua, através de subscrição pública, e colocá-la na Vila, em frente aos Paços do Concelho. Foi nomeada uma comissão central para o efeito.

A ideia foi bem acolhida, mas a sua concretização arrastava-se há vários anos. Chegou a ser anunciada a sua inauguração em 1922, mas dificuldades quanto à colocação impediram a sua efectivação. Era preciso arranjar-lhe um ambiente condigno, mas faltava quem lançasse mãos à obra. D. Sílvia Cardoso aparece para assumir a tarefa, como pessoa isenta de ligações político-partidárias e de reconhecido interesse pelo bem comum. E foi bem aceite.

Começou por abrir pessoalmente a subscrição pública com 1.000\$00 e apresentar uma planta dos arranjos a fazer no local, orçados em 50.000\$00: era modificada a fachada dos Paços do Concelho voltada para nascente, o ajardinamento bem delineado, não faltando um lago e um coreto para a música. O plano foi aprovado pela Câmara Municipal, em sessão de Junho de 1923. E são dela, a propósito, estas palavras: “O bem da minha Pátria e o progresso do meu Concelho encorajam-me e dão-me vida”⁸.

⁸ Carta ao Director do *Jornal de Penafiel*, Sumário da *Positio*, p. 369.

Realizados os melhoramentos, e tendo D. Sílvia mostrado a sua dedicação e mestria de floricultora no arranjo do jardim, a estátua foi inaugurada a 14 de Março de 1924, aniversário do falecimento do homenageado Dr. Joaquim Leão de Meireles.

Três dos oradores da sessão solene fizeram referências elogiosas a D. Sílvia, que não eram fruto da circunstância, mas muito significativas do prestígio de que já gozava. O Dr. José da Costa Eiras perorou deste modo:

“Mas poderia, com ele, finalizar a sua obra, concebida e acalentada com tanto carinho? Não, não poderia findar. E não findará, que alguém, de pureza astral, alma diáfana e sismadora de santa, como que encarnou na sua alma feminina, plena de energias desconhecidas e misteriosas, a alma máscula e audaz do vencido lutador, a quem hoje homenageamos. Não ficará mal que a essa excelsa Dama, que é a Ex.ma Senhora D. Sílvia Cardoso, prestemos o nosso culto neste acto solene, que a par da grande mágoa que a inspira, traduz também o nosso orgulho de pacenses”⁹.

O segundo melhoramento foi o abastecimento de água à Vila, necessidade que era sentida há muito.

A exploração de água para benefício público foi tentada em 1916, com fracos resultados. Repete-se em 1918 e em 1921, por iniciativa de particulares.

Sabia-se da existência de um manancial abundante nos baixos do monte de S. Domingos, a caminho de Freamunde. Mas era preciso adquiri-lo e canalizar a água. Foi o que fez D. Sílvia, depois de verificar a ineficiência da comissão dos referidos particulares.

Todos os edifícios públicos, incluindo o Hospital e a Creche, os fontenários do jardim, as escolas e a Igreja, e algumas casas particulares ficaram abastecidos.

Na sessão de 1 de Junho de 1925 da Comissão Administrativa da Associação de Beneficência Hospitalar, D. Sílvia, como Vice-Presidente, informava que “da água que mandou explorar e possui na propriedade denominada da Creche, mandou canalizar, à sua custa, para o Hospital a água precisa para consumo do mesmo, a qual oferece gratuitamente e sem encargo algum, bem como a água precisa para rega do quintal do Hospital e bem assim para manter o lago ou chafariz, que mandou construir, também à sua custa, nos jardins do Hospital”¹⁰.

Esta situação mantém-se até 1950. Nessa data a Câmara pagou uma indemnização de 200.000\$00 e tomou posse do abastecimento de água à Vila. Este dinheiro, segundo regista a acta da sessão da Câmara, destinava-se a sustentar a Creche.

⁹ *O Progresso de Paços de Ferreira*, nº 1.133, 30 de Março de 1924.

¹⁰ L.A.C.A., fl. 90.

Na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Sílvia Cardoso em 1982, o Postulador diocesano da Causa de beatificação e canonização da ilustre pacense, já em organização adiantada, resumia as suas benemerências em favor dos seus conterrâneos, deste modo:

“Estas breves notas de evocação fazem-nos ver que a actividade sócio-caritativa de D. Sílvia Cardoso foi uma das páginas mais belas e brilhantes da história deste Concelho, no capítulo da assistência social e dos melhoramentos públicos.

A figura de D. Sílvia faz parte da história desta antiga Chã de Ferreira. Seria injusto esquecê-la. Para o povo desta terra e para muitos que, por esse país além, de norte a sul, sentiram o benefício da sua caridade ardente, a sua memória é abençoada.

Como os justos de que fala o Livro da Sabedoria, D. Sílvia transformou-se numa dessas estrelas que brilham no firmamento, com brilho eterno. Que a sua estrela paire sobre nós e que o seu fulgor ilumine os nossos caminhos”.

ACTIVIDADE EVANGELIZADORA

Casa de retiros fechados para leigos

A segunda vertente da actividade apostólica de Sílvia Cardoso é a evangelização, o chamamento e a conversão à Fé cristã, o aprofundamento e a perfeição da vida espiritual dela decorrente. Para o efeito foi-lhe sugerido um meio clássico, muito usado pela Companhia de Jesus – os Exercícios Espirituais, segundo o modelo de S. Inácio.

Duas vezes se sentiu tocada, especialmente, por esta prática. No retiro de Tuy, em 1917, descobriu e experimentou o desígnio salvífico de Deus para consigo e para com todos os homens. E ajudada pelo seu Director espiritual decide consagrar-se inteiramente à Obra de Jesus que é a salvação das almas, e oferecer aos outros este meio de encontro com Deus e de transformação da sua vida. O P. Vaz Serra descobre nela um instrumento providencial para restaurar em Portugal a Obra dos retiros fechados para leigos, interrompida depois da expulsão dos religiosos, em 1910. Propôs-lhe então esta tarefa, mas os tempos ainda não estavam maduros. Não sendo possível avançar, recomendou-lhe que aplicasse os seus bens naquilo que Deus lhe inspirasse.

Entretanto o terreno foi sendo preparado por outros actores. A Liga da Acção Social Cristã, dirigida pelo P. Sebastião Pinto, S. J., começou a promover retiros abertos para senhoras e jovens no Porto, em 1922, nos quais Sílvia já colaborou.

Neste ano, Sílvia volta a Tuy a fazer os Exercícios e o P. Vaz Serra propõe-lhe a fundação de uma casa onde os Exercícios Espirituais possam ser dados de modo permanente.

Ainda antes de dispor de casa própria, Sílvia inicia a obra dos retiros fechados para leigos num hotel de Espinho, na estação baixa. Mas não tarda a encontrar casa adequada, e prepará-la para o efeito, com o dinheiro vindo do Brasil, da herança do seu noivo.

Assim, abre a 21 de Janeiro de 1923, dia de S. Inês e sob o patrocínio do Menino Jesus de Praga, a Casa de Sequeiros (freguesia de Lodares, Lousada), na estrada de Penafiel a Lousada. A cerca de 11 quilómetros de distância de Paços de Ferreira, onde ela vivia em casa de Família e era o centro do seu apostolado, desta primeira fase.

O mesmo P. Vaz Serra é enviado pelo Provincial como director nesta Casa de Exercícios. A actividade aí desenvolvida foi magnífica, em razão do número de pessoas participantes e pelos frutos de renovação espiritual. Ele próprio fornece os números: em 1923 dá os Exercícios a 224 senhoras, 206 criadas e camponesas, 65 cavalheiros e 60 operários, num total de 575 pessoas, em 16 turnos; no ano seguinte, 113 cavalheiros, 51 operários, 175 senhoras e 205 camponesas e criadas, num total de 544 pessoas em 17 turnos, até ao mês de Setembro de 1924.

Verifica-se que os Retiros eram destinados a todas as categorias de leigos, sem discriminação, embora por grupos afins de cultura e estrato social: crianças, jovens, estudantes, camponeses, operários, intelectuais, mas a preferência era sempre para os pobres.

Quanto à sustentação dos Retiros, é de notar que não havia quotas obrigatórias. Porque os participantes vinham mais a convite do que a pedido pessoal, quem podia era convidado a contribuir para a alimentação, em dinheiro ou géneros; quem não podia, era recebido do mesmo modo. O resto das despesas era pago com os rendimentos e os produtos das quintas de D. Sílvia, e com a ajuda dos Familiares, nomeadamente o cunhado D. José Lencastre, que muito a acompanhou nesta obra, mesmo pessoalmente.

Ela era a organizadora mais empenhada e disponível; atendia a todas as necessidades materiais e espirituais dos participantes, não se furtando aos serviços domésticos mais humildes. E sabia rodear-se de colaboradoras nos serviços de hospitalidade e de aconselhamento, completando a acção do Director espiritual, e algumas vezes, nos retiros de homens, de colaboradores.

1. Por ordem do Bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, a casa foi encerrada em 18 de Dezembro de 1926, em virtude da oposição que foi movida contra os Exercícios, em que estava implicado um sacerdote.

Outras oposições foram surgindo, vindas dos meios republicanos anticlericais, ou de outros interesses, das quais D. Sílvia sabia defender-se, com palavras de verdade e de bondade, chegando a convidar quem criticava a ir ver e experimentar o que ali se fazia.

2. Três meses depois, a 14.03.1927, a Casa de Retiros é reaberta na freguesia da Gandra (Baltar, Paredes), pelo mesmo Bispo do Porto, na Casa da Granja. Foi cedida pelos proprietários, Vitorino Coelho da Silva e sua sogra, por esmola, durante um certo período, podendo fazer as adaptações necessárias, que custaram a D. Sílvia mais de 40.000 mil escudos.

Aqui intensifica-se o número de Retiros e também os seus frutos, até porque D. Sílvia fizera a 26.05.1928 uma nova consagração privada – o voto de vítima – e aumentou o seu empenho apostólico, passando a ter a companhia do grupo que fizera uma *união das almas* para a *Obra de Jesus*. De 1927 a 1930 fizeram retiro 234 cavalheiros, intelectuais e estudantes, 438 senhoras, 350 lavradores e operários, 318 lavradeiras e criadas de servir, 378 Filhas de Maria, 112 crianças de 10 a 15 anos.

Entre os intelectuais contam-se Antero de Figueiredo, Dr. Queiroz Ribeiro, Dr. Alfredo Cortês. Albano França, Dr. Joaquim Diniz da Fonseca, Dr. Leonardo Coimbra (os dois primeiros já tinham estado na Casa de Sequeiros).

O P. Vaz Serra não continuou a ser o Director espiritual da nova Casa de Retiros, embora colabore esporadicamente. Agora é D. Sílvia que convida os pregadores dos Retiros que lhe pareciam mais adaptados aos participantes, quer religiosos, quer diocesanos. Alguns nomes: P. Dr. Cruz, P. Sebastião Pinto da Rocha, S.J., P. Manuel Moreira Neto, P. António Martins Fernandes, P. José Freire (Porto), P. Manuel António de Meira, C.E.S., P. João Augusto Gonçalves, S.J., P. Armando Pereira (Porto), P. Mariano Pinho, S.J., Mons. Ilídio Fernandes (Lamego) e outros, em recurso de substituição.

Na sua actividade de organização, teve sempre preciosas colaboradoras, que convidava e orientava; aqui destacam-se a prima D. Carolina Cardoso (Manhufe), as companheiras da *Obra de Jesus* Maria José Pestana e Margarida Pinto Mesquita (Porto), Maria Alice Baptista Pinho e Costa (Paços de Ferreira) Margarida Pinto Lopes de Amorim (Penafiel), Ermelinda Carneiro Leão (Meixomil, Paços de Ferreira), Palmira Nunes Baptista (Ferreira, Paços de Ferreira), Maria Teresa de Vasconcelos (Penafiel).

Por indisponibilidade do proprietário da Casa da Granja, a Obra dos Retiros passa para a Casa da Quintela (Guilhufe, Penafiel), em 1939. Mas não esteve aí por muito tempo.

Em 1941 é transferida para cidade do Porto, Rua do Falcão, zona de Campanhã. Continuava a ser *a sua grande obra e paixão*.

Aqui destacam-se duas novas colaboradoras: Maria Deolinda de Freitas (Vila Caiz, Amarante), governanta, e Maria Carlota Malheiro Nóbrega de Melo (Mascarenhas, Mirandela, diocese de Bragança). Um dos pregadores dos retiros foi o P. Manuel Avelino Ferreira (diocese de Braga), director da união de obras de assistência, denominada *Cruzada do Bem*, para reconhecimento e apoio estatal, desde 1945, com o qual colaborou D. Sílvia Cardoso.

Continuou intensa a sua actividade, estendendo-se a todas as categorias sociais. Sinal do seu fruto espiritual foi a presença do Bispo do Porto, D. Agostinho de Jesus e Sousa, entrado na Diocese em Agosto de 1942, no encerramento de um retiro, logo em 21 de Janeiro de 1943, comemorando o 20º aniversário da fundação da Obra dos Retiros, em Sequeiros.

Em 1944 a Casa do Falcão foi integrada na Acção Católica por D. Agostinho, mas D. Sílvia manteve o equipamento da casa, que lhe pertencia. E continuou também a organizar os seus Retiros, tendo mostrado desejo de morrer nesta Casa, quando a quiseram hospitalizar, em 1950, e de que fossem organizados dois retiros, quando estava para morrer.

Verificamos que a Diocese do Porto foi a única na qual Sílvia Cardoso manteve permanentemente uma Casa de Retiros fechados para Leigos a funcionar, desde que iniciou esta actividade de evangelização, em 1923, até à morte em 1950, apesar de não a ter confinado a esta diocese, mas simultaneamente a ir estendendo, às dioceses de Viana, Braga, Vila Real, Coimbra, quer em retiros abertos quer em retiros fechados, ocasionalmente; mas, em permanência e em casa adequadamente preparada, nas dioceses de Lisboa e Évora, nas quais permaneceu respectivamente cerca de dez anos e cerca de um ano.

2 - NA CIDADE DO PORTO

D. Sílvia conhecia bem a cidade do Porto, que dista da vila de Paços de Ferreira cerca de 25 quilómetros, onde passara, na adolescência, dois anos, como aluna externa do Colégio Inglês das Religiosas do Coração de Maria, e donde transitou para o Colégio do Sardão, das Religiosas Doroteias, em Vila Nova de Gaia. E, na juventude, frequentara, pelo menos, as exposições de floricultura, onde recebeu dois prémios e ficou conhecida como a *Sílvia das clematites*.

O Porto foi o seu campo imediato de acção, depois de consolidadas as obras sócio-caritativas e de evangelização em Paços de Ferreira, onde continuara a viver, na Casa de Família. Isto acontece a partir de 1926 até 1932, quando o Cardeal Patriarca de Lisboa a convida a instalar a Casa de Retiros da Quinta do Bosque, na Amadora.

A itinerância espiritual e apostólica de D. Sílvia inicia-se com o ingresso na Associação laical fundada por D. João de Oliveira Matos, Bispo auxiliar da Guarda, com o nome de *Liga dos Amigos de Jesus*, em 09.06.1924. Era notória a afinidade desta Associação com as Obras já iniciadas em Paços de Ferreira. Ela e seu cunhado D. José de Lencastre foram admitidos poucos dias depois de aprovadas as Constituições Provisórias da Liga pelo Bispo da Guarda, com o nome de *Liga dos Servos de Jesus*, em 25.06.1925. Sílvia permanecerá sempre muito unida à Liga, participando com frequência nos retiros para os membros, onde recebeu orientação

espiritual de D. João Oliveira de Matos, que muito contribuiu para a sua formação, como consta dos seus manuscritos. Mas não fez da Guarda campo de acção do seu apostolado certamente por ficar muito distante e noutra diocese. Apenas levava algumas companheiras a participar nos retiros dados no Rochoso, Outeiro de S. Miguel.

ACTIVIDADE EVANGELIZADORA

O nascimento de uma nova congregação religiosa

Mas vai ser atraída por outro movimento laical, com intuitos de consagração religiosa, a partir de 1926 – a Obra de Adoração e Reparação ou Obra de Cedofeita – que estava em incremento no Porto, reunindo pessoas do norte e do sul, dominadas pelo ideal da evangelização e do espírito reparador sob a orientação do P. Sebastião Pinto da Rocha, S.J., Promotor nacional da Liga de Acção Social Cristã, desde 1922. A primeira comunidade estabelece-se no Porto, numa casa de D. Maria José Pestana, na Rua antiga de Cedofeita (Ramada Alta), com 12 membros, a 13 de Maio de 1927, depois de não ter encontrado casa em Fátima, depois de aprovação do Bispo de Leiria e com apoio do Provincial dos Jesuítas.

O esboço de Constituições elaborado pelo P. Sebastião Pinto da Rocha, incluía um quarto voto, o voto de vítima. Mas o apoio às obras de espírito vitimal foi proibido pelo Geral dos Jesuítas aos seus Religiosos. Por isso, o P. Sebastião teve de retirar-se da Obra e foi substituído pelo P. Moisés Alves de Pinho, nomeado Superior eclesiástico do Grupo pelo Bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, por sugestão de D. Maria da Conceição Pinto da Rocha, inspiradora da espiritualidade e considerada fundadora do Grupo.

Em Abril de 1928, D. Sílvia faz um retiro com o P. Sebastião e no dia 17, já em casa, faz o *voto de vítima*, iniciando deste modo a *imolação*, que consiste em longas horas de oração e penitências voluntárias. A 26 de Maio, na vigília do Pentecostes, em casa de Maria José Pestana, estando presente o P. Sebastião, faz com as amigas aí reunidas, um juramento solene de amor sobre o altar, unida à Cruz. O juramento é a expressão da *união das almas* sob o lema: *No Tabernáculo e na Cruz, unimos as nossas almas para a obra de Jesus*.

Deste modo Sílvia entra na Obra de Cedofeita, na categoria das *vítimas que estão no mundo*, associadas à Congregação como auxiliares e que garantem e sustentação da Obra, contribuindo com determinadas mensalidades.

Esta nova orientação e progressão mística leva-a a propor sugestões e planos de acção para a Congregação nascente, que não são aceites pelo P. Sebastião, o que lhe causa grande amargura, mas abandona-se à vontade de Deus. E entretanto, continua as obras já começadas, nomeadamente os retiros na Casa da Granja, onde recebe a colaboração de algumas

companheiras daquela *união das almas*. Vai mesmo, ter uma intervenção decisiva para o nascimento da nova Congregação.

A comunidade de Cedofeita recebia muitas vocações, o que punha alguns problemas urgentes; era necessário encontrar uma casa que pudesse acolher 25 pessoas e encontrar uma boa superiora para a disciplina interna da Casa.

Sílvia é abordada pelo P. Moisés. Oferece a Casa de Retiros na Gandra, mas ele julga preferível uma casa situada no Porto. Entretanto, uma nova vocação se apresenta à Comunidade: Maria das Dores Pais Sande e Castro, que abandonara o Carmelo, por motivos de saúde. O P. Moisés aguarda a mudança para a nova casa para nomear a superiora.

D. Sílvia entra em acção, encontrando uma casa adequada, a Casa da Quinta Amarela, na Rua Oliveira Monteiro, mas era preciso comprá-la e adaptá-la.

Com a sua habitual audácia, pede dinheiro a várias pessoas, contraí empréstimos, garantidos com o seu património, mas nada lhe parece muito pesado, *para que o nosso Portugal ressurja*. Vai ver a quinta Amarela com o seu cunhado D. José Lencastre e Maria José Pestana e entrega ao proprietário a promessa de compra. A casa é comprada *para a Obra de Reparação e como sede de todas as Obras sociais do País*. E a escritura é assinada a 08.11.1928, tendo anteriormente informado do que se passava o P. Sebastião e o Bispo do Porto, ainda D. António Barbosa Leão, que se mostrara entusiasta da Obra e ela esperava que ajudasse na sua aquisição. Os trabalhos de adaptação são iniciados no mesmo mês, entregues a operários de Paços de Ferreira e com ajuda do cunhado, tendo a casa sido mobilada a expensas suas.

A mudança das postulantes da Rua de Cedofeita para a nova casa deu-se no dia 28.02.1929, estando já presente a nova Superiora Maria das Dores Sande e Castro (cuja nomeação foi aprovada pelo novo bispo do Porto D. António de Castro Meireles), e foi ajudada por D. Sílvia, pois houve resistência de alguns elementos. Continuou ligada à Comunidade, participando com frequência nos seus actos de piedade, e mantendo as suas subvenções com outras auxiliares externas, como D. Maria José Pestana e D. Margarida Pinto de Mesquita, que passaram a colaborar, como troika apostólica, nesta cidade, distinguindo-se pela generosidade e influência adquirida.

Em 1929, começou a visionar-se uma divisão, a propósito do voto de vítima, que caracterizava a Obra de Cedofeita, orientada por Maria da Conceição Pinto da Rocha e pelo seu irmão P. Sebastião Pinto da Rocha. A Comunidade passara a ter novos responsáveis e era necessário obter aprovação, para ser reconhecida como congregação religiosa de direito diocesano e pontifício. Entretanto continuava a polémica teológica sobre a espiritualidade que o voto de vítima implicava. Os Superiores foram advertidos de que dificilmente obteriam essa

aprovação, se persistissem em manter nas Constituições o voto de vítima. Por isso, em 1930, optaram por suprimi-lo e, com o apoio do Bispo do Porto, D. António de Castro Meireles, obtiveram a aprovação pontifícia desejada.

Perante o facto consumado, D. Sílvia e o grupo de senhoras que tinham feito a união das almas, firmada pelo voto de vítima, afastaram-se passado pouco tempo, e a Comunidade da Quinta Amarela fica sem as subvenções dos membros externos e com o encargo da aquisição da casa, pela qual D. Sílvia ficara como fiadora. Expõe-lhes francamente a situação e pede um arrendamento correspondente aos juros dos empréstimos contraídos e ao imposto de propriedade. Mas a Comunidade não está em condições de fazê-lo. Por isso, o Superior eclesiástico recorre ao Bispo do Porto, mas ausenta-se em visita às Missões. D. Sílvia dirige-se directamente ao Bispo, que, embora discordando, acabou por ordenar a compra da casa pela Diocese. A escritura de venda tem a data de 18.11.1932. D. Moisés testemunha que ela “trabalhou incansavelmente, tendo sido o instrumento de Deus para resolver os problemas decisivos e vitais para a criação e desenvolvimento da Obra em vista. Tomou a iniciativa de bater a certa porta. Foi sozinha, mas voltou com a casa posta à disposição da Obra, que, depois deste grande passo pôde seguir em frente, desenvolver-se e corresponder ao ideal de que nasceu”¹¹.

Uma religiosa do Grupo inicial, que acompanhou de perto estes acontecimentos, depõe dizendo que D. Sílvia não teve desentendimentos nem ressentimentos com a Congregação; como as outras Senhoras, falava com as Irmãs que encontrasse, com o mesmo afecto, com a mesma amizade.

E vendo dispensada a sua colaboração, voltou-se para as obras que vinha mantendo, nesta cidade e fora, e para atender a novas solicitações, depois de renovar formalmente o seu compromisso e empenho na *Obra de Jesus*¹².

Vejamos a actividade sócio-caritativa que continuou a desenvolver na cidade e na diocese.

Actividade sócio-caritativa

Em 1926 ou 27, começou D. Sílvia os contactos com a Liga de Acção Social cristã, colaborando com os seus membros, particularmente com Maria José Pestana e Margarida Pinto Mesquita, na resposta às muitas misérias e necessidades que encontram na cidade, nomeadamente a prostituição.

¹¹ *Positio, Sumário*, 2001, p. 313 § 6.

¹² *Ibidem*, p. 20-21 § 4.

Era característica da sua acção não esperar que batessem à sua porta. Quando suspeitasse de uma necessidade espiritual ou material, aproximava-se para ajudar. Esta acção individual anónima foi sempre o seu quotidiano, a sua vida. E estão testemunhados alguns casos paradigmáticos inclusive na cidade do Porto.

Conhecendo a capacidade de D. Sílvia e o bem que fazia, o Presidente da Junta Geral da Província do Porto, Dr. João Antunes Guimarães, convidou-a a fazer parte da Comissão Provincial de Assistência, constituída por cerca de 40 Senhoras da Província, tendo a missão de colaborar na reforma das diversas instituições de Assistência, dependentes da mesma Junta.

De documentos da Secretaria da Junta se verifica que D. Sílvia, no ano de 1929, colocou em famílias de conhecida probidade, para serem educadas na vida doméstica, diversas alunas internas da Escola Rosa Santos e do Internato Alves de Magalhães, num total de 15.

No mesmo ano, ofereceu-se para se ocupar de todas as alunas da Escola Rosa Santos, durante os meses de verão, o que foi aceite.

Quando o Tenente Coronel Nunes da Ponte foi Governador Civil do Porto, D. Sílvia foi convidada por um grupo de Senhoras para reorganizar com os esforços de todas, a Casa da Regeneração. Através do Governador Civil, conseguiu obter do Estado a cedência do antigo convento *Corpus Christi*, em Vila Nova de Gaia, assumindo o encargo de adquirir tudo o necessário para o seu funcionamento, confiado às Irmãs do Bom Pastor. As aquisições, como de costume foram feitas com dinheiro seu e com esmolas.

Numa carta de 10.11.1931, dirigida ao Bispo do Porto D. António Meireles, a respeito do reembolso da aquisição da Casa da Quinta Amarela, refere-se às obras sócio-caritativas em que se encontra envolvida, na cidade do Porto, e manifesta o desejo de lançar uma obra de protecção às almas que ainda não caíram na desgraça, paralela à que acolhe as almas já transviadas, para que possam ser encaminhadas para o trabalho ou para o matrimónio. Chegam ao seu conhecimento e das companheiras da *Obra de Jesus* constantemente e procura, por enquanto, coloca-las em famílias de confiança ou acolhe-as na Casa de Retiros da Gandra. Depois disso, algo terá conseguido, pois que tinha, conjuntamente com D. Maria José Pestana, uma casa onde recolhia pessoas pobres, sem ajuda de ninguém, pessoas que era preciso libertar de grandes perigos e outros casos difíceis.

Mas não ficou por aqui o seu apostolado social, de colaboração com as estruturas oficiais de assistência: trabalhou pela regeneração moral dos presos nas cadeias civis e das suas famílias.

Obtida a permissão da direcção da Cadeia, conseguiu estender a sua acção a muitos presos e às suas famílias e procurou obter-lhes assistência religiosa. O P. António Martins

Fernandes testemunha que foi convidado por ela a prestar assistência religiosa aos presos na adeia Civil do Porto, e de facto colaborou; e veio a ser depois capelão durante 20 anos.

Este movimento de interesse teve repercussão a nível oficial, porque seguidamente foram criados, junto da cada Distrito Judiciário, delegações da Associação do Patronato das Cadeias, com o mesmo objectivo. Pode dizer-se que D. Sílvia foi precursora da obra de assistência aos presos e suas famílias.

Expansão da Obra dos retiros na Diocese e no país

Realizada a abertura da Casa de Retiros da Quinta do Bosque, na Amadora, a convite do Patriarca de Lisboa Cardeal Cerejeira, a 20 de Março de 1932, e organizada a vida da Casa, D. Sílvia regressa ao norte, para junto de sua Mãe, já de idade avançada. Sente insegurança, quanto ao rumo da sua missão, daquilo a que Deus a chama. O Cardeal põe-na em contacto com o conceito e projecto da Acção Católica e Sílvia tenta conciliá-lo com os desígnios da *Obra de Jesus*. Em 1934, sente que deve sofrer e trabalhar na conquista do *Reino Social*, expressão típica da Acção Católica, ligada directamente, às preocupações do Cardeal Cerejeira e do Episcopado português desde 1932.

A ida definitiva para Lisboa tardará ainda dois anos. Entretanto não está inactiva; realiza a sua vocação missionária promovendo a Obra dos Retiros no norte e no sul de Portugal; deste modo, mais ou menos conscientemente, contribui para o lançamento da Acção Católica.

A Casa de Retiros da Gandra continuava em plena actividade, mesmo na sua ausência, graças às suas óptimas colaboradoras: a sua prima Carolina Cardoso, as companheiras da *Obra de Jesus* Maria José Pestana e Margarida Pinto Mesquita (Porto), a parente Ermelinda Leão (Meixomil, Paços de Ferreira), a amiga Maria Teresa Vasconcelos (Penafiel), a governanta Palmira Neves Baptista (Ferreira, Paços de Ferreira), com as quais estava em contacto e estimulava, com as suas visitas e cartas.

Mas agora vai dar largas à sua grande paixão, espalhando a Obra dos Retiros Espirituais, como meio maravilhoso de catequese de adultos, nas dioceses do Porto, Braga, Vila Real, Coimbra e Évora.

No Porto, promove retiros em Rio de Moinhos (S. João de Covas, Lousada), na casa da colaboradora Conceição Bacelar e encoraja-a a organizá-los, sem ela estar presente.

Realiza-os na casa de lavradores, como por exemplo, na casa do tio-avô do P. José A. Pereira do Couto (paróquia de Água Longa, Santo Tirso) cuja filha Clarinda Moreira Neto era sua colaboradora. Pelo menos duas vezes organizou retiros abertos, na Igreja e na capela de Nossa Senhora de Lourdes, para homens, e na casa da colaboradora, para mulheres. Era grande o entusiasmo, como declara a Clarinda, e vieram ajudá-la a sua Irmã D. Haidé e o cunhado D. José Lencastre.

Nas dioceses de Braga, Vila Real e Coimbra, a actividade é similar e por vezes, mais intensa. Na de Évora, há a instalação de uma Casa de Retiros em Elvas, para além das diversas formas de retiros abertos ou em casa cedida para o efeito, como em Estremoz.

Depois de ter assumido pessoalmente, em 02.02.1937, a direcção da Quinta do Bosque, onde já instalara a Casa de Retiros destinada à Acção Católica, sempre a convite do Cardeal Cerejeira, D. Sílvia encontra-se a guiar três Casas de Retiros: na Gandra (Porto), na Amadora (Lisboa) e Elvas (Évora). Mas não podendo ser omnipresente, confiou a administração da primeira à prima Carolina Cardoso; da segunda à S.ra Virgínia Guerra; e a terceira à S.ra Maria Caldeira. O acompanhamento espiritual das duas primeiras é confiado, aos menos temporariamente, a Margarida Pinto Mesquita e a Maria José Pestana, companheiras na *Obra de Jesus*, e o da Casa de Elvas às S.ras Maria da Conceição Vaz Serra e Maria Leonilde Cidrães.

E enquanto membro da Liga dos Servos de Jesus, está unida à Casa de Retiros do Outeiro de S. Miguel, na Guarda, em cujos retiros participa como exercitante, recebendo orientação espiritual de D. João Oliveira de Matos.

Nesta altura, concebe e deseja a extensão da Obra dos Retiros a todas as outras dioceses, com o apoio dos Prelados do Porto, Lisboa, Guarda e Évora.

Há referência certa a retiros abertos na Igreja paroquial de Paços de Ferreira e na sua própria casa de Família, a Casa da Torre, mas não consta em que data, podendo ser no interregno da passagem da Casa de Retiros da Gandra, em 1938, para a casa de Quintela, Guilhufe, em 1939.

3 - NA CIDADE DE PENAFIEL

Actividades sócio-caritativas

Numa das suas deslocações ao Norte, Sílvia vê em Penafiel crianças esfomeadas e abandonadas. Ficou muito tocada e promoveu um peditório para a primeira sopa para os meninos pobres. A tarefa foi acompanhada e continuada por duas amigas de Penafiel já associadas para o efeito: Maria Teresa Vasconcelos e Margarida Pinto Lopes de Amorim e por

Maria Carlota M. Nóbrega e Melo, de Mascarenhas (Mirandela). Assim, foi criada a Sopa dos Meninos Pobres, no dia da Santa Cruz, 3 de Maio, provavelmente de 1943. Com a colaboração de Maria Teresa Vasconcelos e o estímulo de Sílvia Cardoso, Margarida Amorim e uma sua Irmã davam, deste modo início a uma obra inspirada por palavras da Alexandrina de Balazar, a *Obra de Resgate da Menor Extraviada*, que já tinham iniciado com a compra de uma casa velha; ainda antes de adaptada, já serviu para a inauguração da Sopa, no dia 3, e depois tornou-se sede de um Externato, e finalmente Internato, o Patronato da Sagrada Família. D. Sílvia continuou a colaborar, com as suas visitas, enviando raparigas e recebendo outras, e sempre estimulando e aconselhando. “Aqui não era a principal, mas estimulava com o seu entusiasmo, com o seu espírito alegre...Depois contava muitos casos, muitas coisas passadas por ela e aquilo tudo ajudava, enfim, ao mesmo apostolado”¹³.

A segunda obra, de sua iniciativa, foi a renovação do Internato Escola Margarida Alves de Magalhães, instituição que já conhecia, quando fez parte da Comissão Provincial de Assistência, em 1935. O seu funcionamento deixava a desejar, estando na posse da Misericórdia de Penafiel desde 1935. D. Sílvia fez uma petição à mesma, que depois de redigir um Regulamento para a Fundação, resultante de um legado do marido da titular, o confiou às Senhoras D. Sílvia Cardoso e D. Maria das Neves Figueiredo, reconhecendo-as idóneas e nomeando-as directoras, em 22.06.1945. A inauguração do novo funcionamento foi feita em 24.06.1945, com a presença do Prelado do Porto.

Nesta época usa o qualificativo de *furão de Deus*, aplicado a si mesma, para significar o seu papel de animadora de obras de outros, por ela lançados nesta tarefa, ou de fundadora de obras suas que depois confiava a outros, e ficando livre para prosseguir na fundação ou animação de outras obras, além da incansável ajuda a casos individuais por vezes difíceis.

Numa carta de 1 de Maio de 1946, refere a uma amiga que “ultimamente tem estado em Lisboa; agora deve acudir às duas obras em Penafiel; depois irá a Fátima e, de 15 a 20 estará no Porto, na Casa de Retiros da Rua do Falcão”. Vemo-la ocupada em constantes deslocações, sempre impulsionada pelo seu carisma de fundadora e animadora de Obras, ou de solicitações ocasionais dos necessitados, ou de membros da Hierarquia, para dar andamento a alguma Obra.

Nos últimos anos da sua vida, mesmo já durante a doença, multiplica a criação de patronatos, com diversas formas de intervenção, segundo as circunstâncias: em Matosinhos foi aberto um, a conselho seu; em Samora Correia, arquidiocese de Évora, outro, com intervenção decisiva da sua parte, em 1947.

¹³ *Uma Vida para os Outros...*1998, p. 171.

Na diocese do Porto, aconteceu o mesmo com a fundação de um Patronato em Espinho e ajuda à criação de dois lares, o Lar da Imaculada Conceição, para a protecção de raparigas e o Lar de Santa Rita, para mulheres em dificuldade, na cidade do Porto, respectivamente em 1945 e 1950, então já doente.

4 - NA VILA DE ESPINHO

Um Patronato (a sua última obra) e retiros abertos

Segundo relato de Maria do Céu Pereira da Rocha (ao Postulador diocesano), D. Sílvia, em 1945, encontra ocasionalmente no comboio de Lisboa-Porto, uma professora reformada que acolhia crianças em sua casa, para lhes dar catequese; através dela tem conhecimento das necessidades de assistência social e religiosa em Espinho.

Já não prossegue viagem para o Porto; fica naquela noite em casa da professora, e não deixa mais aquele campo apostólico.

No entanto, só em Maio de 1948, vem a Espinho para criar definitivamente as condições que permitirão fundar em 20.08.1948, o Patronato da Divina Providência, com direcção própria e casa alugada, depois incorporado na *Cruzada do Bem* (em 18.05.1949), para maior garantia de sustentação.

Numa carta dirigida a destinatário desconhecido, no mesmo ano, a pedir uma casa para arrendamento, afirma que, até à data, apenas tinha conseguido ajuda para dar o pão e a sopa às crianças da rua, duas vezes por dia. Todas as despesas, incluindo as dos professores e da renda da casa, tinham estado unicamente a seu cargo, na esperança de obter subsídio para o prosseguimento desta Obra de carácter social, que deveria merecer as simpatias de toda a gente.

Permaneceu em Espinho e administrou o Patronato durante um ano e meio (desde Maio de 1948 até ao fim de 1949). Nesta altura tinha tudo sistematizado: subsídio do governo e ajuda dos particulares, também em peditórios que fazia em feiras da vila, uma boa direcção de cavalheiros que assumem a contabilidade a apresentar; quatro salas de aula, com duas professoras, e 3 ou 4 Religiosas da Congregação de Jesus, Maria e José, que tudo dirigem.

Como habitualmente, o Patronato servia também para acolhimento ocasional de pessoas em dificuldade. A sua preocupação era sempre com as almas, acolher a todos. Para o trabalho agregava a si muitas pessoas e de muitos modos, incluindo os voluntários da Frente Unida.

Esta organização foi formada pelo P. João Gonçalves, S.J., no ano de 1948, acompanhado de D. Sílvia, a partir da reunião de um grupo de jovens escuteiros. Era uma associação de piedade eucarística, ligada ao Apostolado da Oração, que assumiu carácter social, colaborando com o Patronato da Divina Providência e com diversas actividades culturais e recreativas, chegando a ter 120 membros, entre jovens e adultos. Mais tarde foi integrado na Acção Católica.

Também não faltou aqui a promoção da Obra de Retiros, alguns para os membros da Frente Unida, no patronato e, outros em hotéis, fora da estação alta. Segundo a Irmã Maria de Jesus, O.C.D., em Faro, (no mundo, Mariana Inês de Melo Sampaio), foi iniciativa e organização da Serva de Deus um retiro fechado para senhores, “salvo erro, o primeiro que houve aqui em Portugal, depois de 1910”, que teve lugar num velho e abandonado hotel de Espinho, que o mar já levou, retiro no qual colaborou e de que conservava viva lembrança, nomeadamente do grande espírito de sacrifício e esquecimento próprio de que deu provas¹⁴. Teve lugar, certamente antes de 21.01.1923, data da abertura da primeira Casa de Retiros em Sequeiros (Lodares, Lousada).

O grande interesse de Sílvia pelo Patronato manifesta-se na correspondência que ela mantém com a Superiora até à morte.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, Sílvia reconhece a unidade de toda a obra que Deus realizou através dela, com estas palavras (03.12.1949):

“O cadeado foi aberto em Paços para ser fechado em Espinho, a fim de que uma só Obra fosse vista, a do Amor”¹⁵.

Queria influir ainda, de algum modo, na Igreja em Portugal (porventura voltando à Quinta do Bosque), sobre a prioridade do Evangelho da Caridade, para que na Obra que Deus realiza nela, venha a ser visto o Amor, que dá Amor a todos, sem distinção. No entanto, deve resignar-se ao abandono mais total à vontade de Deus.

A cadeia do Amor foi fechada em Espinho, no sentido das Obras que *fundou* (e não simplesmente daquelas que ajudou a fundar): a primeira em Paços – o Asilo- Creche de S. António, e a última, em Espinho – o Patronato da Divina Providência. São duas Obras que ainda subsistem, apesar das transformações que sofreram, em virtude das mudanças económicas, sociais e políticas deste pouco mais de meio século: em Paços, a Obra Social e

¹⁴ *Uma Vida para os Outros*, 1998, p. 224.

¹⁵ *Positio*, 2001, p. 159.

Cultural Sílvia Cardoso; em Gaia, o Patronato da Divina Providência, integrado na Cruzada do Bem que D. Sílvia ajudou a fundar.

São estas também as localidades que têm mantido romagens ao Túmulo da venerável Serva de Deus, ininterruptamente, desde a sua morte. Em Paços são as visitas frequentes, como é normal, assinaladas por ex-votos e flores sempre renovadas sobre a urna e no sopé da estátua erguida na Praça central da cidade, em frente dos antigos Paços do Concelho.

De Espinho, a primeira romagem organizou-a a Frente Unida em 05.10.1952, deixando no Túmulo uma lápide para memória; eram dirigentes Ilídio da Conceição Pereira e Joaquim Pardilhó. Foi-se repetindo todos os anos até hoje.

Também de Vila Caiz, Amarante, donde era natural Maria Deolinda Freitas, que foi colaboradora devota de D. Sílvia, como governanta da Casa de Retiros da Rua do Falcão, no Porto, desde 1941 até cessar a sua actividade, depois de entregue à Acção Católica em 1956, continuam a vir anualmente os devotos da venerável Serva de Deus em romagem, na sequência das que ela organizou, com muita piedade e dedicação, como meio de promover o reconhecimento da sua virtude heróica e alcançar a graça da sua canonização.

Da cidade do Porto, também partiram ocasionalmente, algumas romagens ao Túmulo da Serva de Deus, organizadas pela Confraria de Nossa Senhora de Agosto, (por exemplo, em 22 de Outubro e 5 de Novembro de 1978) e da União dos Tarcísios do Porto durante alguns anos.

De terras mais distantes são muitas as visitas individuais ou familiares, incluindo de emigrantes na altura das férias.

Todos estes sinais de veneração têm por fundamento a fama de santidade da Serva de Deus já aceite pela Igreja, com a publicação do decreto declarativo da heroicidade das suas virtudes, autorizada pelo Papa Francisco em 27.03.2013. e está claramente expressa nestas palavras de um dos seus devotos de Espinho que a acompanhou no seu apostolado muitas vezes:

“A D. Sílvia estava cheia de Cristo. Ela era realmente uma pessoa fora do normal. Era diferente de nós. Exalava Deus por todos os lados. Quem conviveu de perto com ela, sentia naquela senhora uma pessoa fora do comum (...)

Na minha modéstia, penso que se a D. Sílvia não é Santa, quem será (...) Os defeitos dela eram virtudes. Os “defeitos” de D. Sílvia devem-na ter levado para o céu. (...) Andava mal vestida por fora: mas por dentro toda ela era de Deus, toda ela vivia em Cristo, toda ela era Igreja, toda ela era santidade”¹⁶.*

¹⁶ *Uma Vida para os Outros*, 1998, p. 372.

* Fontes:

P. Ângelo Alves

Vice-Postulador

-
1. “*Positio*” [exposição] sobre as virtudes da Serva de Deus *Sílvia Cardoso Ferreira da Silva*, Congregação para as Causas dos Santos, 2001, p. 159.
 2. Padre Moreira das Neves, *Sílvia Cardoso, O Anjo das Três Loucuras*, 4ª Edição, Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1997.
 3. Vários, *Uma Vida para os Outros: Sílvia Cardoso. Testemunhos dos seus Contemporâneos*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1998.
 4. *Em Memória de Sílvia Cardoso Ferreira da Silva*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal, 1951.